



OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL NA AMAZÔNIA: NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO MUSEU ESTADUAL DE RONDÔNIA (MERO) ENTRE 1964-2012.

Vêronica Aparecida Silveira Aguiar¹

Everson Rodrigues de Castro²

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo faremos um levantamento acerca da História do Museu Estadual de Rondônia – MERO³, visando perceber alguns conflitos políticos envolvidos na criação do mesmo para entendermos algumas (re)significações que esse museu teve no decorrer de 1964-2012. Devido à falta de espaço, não foi possível realizar uma discussão exaustiva nem levantando todas as questões que podem ser abordadas acerca do tema, por isso, selecionamos o etnólogo Ary Tupinambá Penna Pinheiro e o político pessedista Joaquim Vicente Rondon⁴ para entendermos as possíveis disputadas em torno da memória rondoniense e como eles se utilizaram do Museu, em momentos distintos, para legitimar seus interesses pessoais e de classe.

A partir da disputa entre Ary Tupinambá e Joaquim Vicente Rondon, é possível perceber que o Museu Estadual de Rondônia da sua criação em 1964 até o

¹ Professora de História Antiga e Medieval do Departamento de História e docente do Programa de Pós-graduação em História e Estudos culturais da Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho-RO. Bacharel (2005) e licenciada (2006) em História pela Universidade de São Paulo, concluiu o Mestrado (2010) e o Doutorado (2016) em História Social na Universidade de São Paulo.

² Discente do Programa de Pós-graduação em História e Estudos culturais da Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho-RO. Licenciado (2014) em História pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais, concluiu especialização em História Cultural (2015) e em Museografia e Patrimônio Cultural (2016).

³ Pensado aqui neste texto, conforme afirma o professor Valdir Aparecido de Souza em sua tese de doutorado, como uma das “(...) instituições de guarda da memória no Estado de Rondônia (...) (SOUZA, 2011, p. 136)”, na medida em que, a trajetória deste Museu encontra-se intimamente relacionada à criação de outras instituições cujos objetivos são semelhantes, tais como o Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO) e Academia Rondoniense de Letras (ACLER).

⁴ Joaquim Vicente Rondon nasceu em Cuiabá no dia 5 de abril de 1900, filho de José Mamede da Silva Rondon e de Ana Isabel das Neves Rondon. Seu tio paterno, marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Estudou no Liceu Cuiabano e, mais tarde, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ao longo da sua carreira militar, fez os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola do Estado-Maior e da Escola Superior de Guerra. Em fevereiro de 1946, assumiu o governo do território federal de Guaporé, hoje estado de Rondônia, substituindo a Alúcio Pinheiro Ferreira. Permaneceu no cargo até outubro de 1947. Elegeu-se deputado federal em outubro de 1954 pelo território de Guaporé, hoje Rondônia, na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Exerceu o mandato de 1º de fevereiro de 1955 a 31 de janeiro de 1959. Faleceu em 1979. Verbete. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/rondon-joaquim-vicente>> Acesso em: 07/10/2016.



final da década de 1970 teve sua legitimidade justificada por uma elite letrada⁵ e que parcela dessa mesma elite, na época da “transição” política do ex-Território Federal à Estado de Rondônia entre 1979-1985, chamou para si a responsabilidade pela guarda da História e da Memória rondoniense⁶. Porém deste segundo período em diante, tendo em vista as mudanças políticas ocorridas após o final da Ditadura Civil-Militar no país, o Museu Estadual de Rondônia começa a ser ressignificado como uma instituição que remetia às “realizações” do regime militar, representado em Rondônia, pelo Coronel Jorge Teixeira de Oliveira⁷ e isso fez com que o sentido de existência do Museu Estadual fosse paulatinamente sendo esvaziado⁸ e chegasse até o momento das construções das Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio marcado pelo descaso e quase abandonado.

Para entendermos como ocorreram essas modificações de entendimento por parte do poder público estadual sobre a importância do Museu Estadual de Rondônia, faz-se necessário, elaborar uma contextualização histórica dos indícios que demarcaram os espaços de estruturação do museu estudado, com o objetivo de, assim, compreendermos como as noções de museologia e patrimônio cultural foram sendo reconfiguradas ao longo da trajetória do Museu Estadual de Rondônia.

Assim na próxima seção abordaremos os conceitos que utilizamos para perceber as transformações do Museu estudado e as disputas políticas acerca da (re)significação do mesmo, a partir de alguns conceitos com os quais dialogamos,

⁵ A noção de “elite letrada” adotada aqui se refere a dada pelo professor Valdir de Souza, ao dizer que “As pesquisas [históricas] na Bacia do Madeira-Guaporé se misturam à produção literária de textos etnológicos, estudos geográficos, estudos sobre o lendário e a cultura produzidos pela elite letrada composta de médicos, engenheiros, professores, militares e funcionários públicos (SOUZA, 2011, p. 136)”.

⁶ Segundo afirma o professor Valdir de Souza ao explicitar a relação do papel exercido por essa “elite letrada” na época da transição de Território para Estado de Rondônia, diz ele que: “Eram os novos letrados sobreviventes de um Rondônia anterior à colonização, do período da EFMM e dos seringais que estava sendo cooptada pelos governantes nomeados por Brasília. Aos governos militares, pouco importava em qual tempo histórico eles estavam. A força política estava no interior com uma população migrante extremamente empobrecida e agradecida por um pedaço de terra, e isso, sim, significa milhares de votos (SOUZA, 2011, p. 141).

⁷ E um indício que pode comprovar, em parte, a origem dessas críticas, foi justamente quando em 1985, o Presidente da República José Sarney depôs o Governador Coronel Jorge Teixeira e nomeou Ângelo Angelim para um mandato interino, por isso “(...) em consequência da troca de nomes e partidos tudo que estava relacionado às realizações do militar passaram a ser estigmatizadas (SOUZA, 2011, p. 144)”.

⁸ Esse sentido de “esvaziamento” reflete em parte um processo de que envolve não somente um “esvaziamento” de políticas públicas para o patrimônio cultural em Rondônia e em especial para o Museu Estadual de Rondônia, mas sim algo mais profundo relacionado principalmente aos discursos (literário e histórico) na época da transição para o Estado, conforme defende o professor Valdir Souza, ao afirmar que: “(...) o discurso histórico e o literário da transição para o Estado disputam uma forma hegemônica e homogênea de sentido e esvaziada de conflitos. Na representação cultura não entra a maior parte da composição social do Estado constituída por migrantes que detém o poder político e econômico. Também não aparecem os conflitos entre os novos migrantes e as populações tradicionais representadas (SOUZA, 2011, p. 132)”.



são eles: *representações*, trabalhado pelo historiador cultural Roger Chartier; *patrimônio cultural* abordado a partir das relações com o campo da museologia por Leandro Brusadin e Heloísa Helena Costa; e *museu* discutido a partir da perspectiva institucional do ICOM⁹ sob o prisma do museólogo George Rivière.

2. Representações e Museus: trabalhando conceitos

Dentro deste contexto, o Museu Estadual de Rondônia¹⁰ se insere como um caso possível de como as questões da museologia e do patrimônio cultural entraram em destaque no cenário local, assim como se estabeleceram as relações das políticas direcionadas para o patrimônio cultural¹¹ na região amazônica e de modo especial no Estado de Rondônia¹².

Desse modo, sabendo que a museologia é campo do conhecimento humano afeito ao estudo do que é o museu e de sua função simbólica, social, política, etc., e somente muito recentemente reconhecido dentro do campo acadêmico, ele pode ser considerado também um “[...] excelente campo de atuação e de experimentação, pois o museu vem a ser um laboratório de alto nível para o estudo do homem criador e difusor da cultura e do patrimônio (COSTA, 2012, p. 100)”.

Inicialmente, partimos do pressuposto de que a noção de museu não é algo pronto e estático, pois como afirma os estudos de George Rivière, o museu é um estabelecimento permanente criado para satisfazer o interesse da coletividade no que tange a conservação, estudo e principalmente a exposição de elementos de valor cultural (RIVIÉRE, 1958 apud SECEL, 2015, p. 10).

⁹ Na tradução livre do inglês para o português, temos o Conselho Internacional de Museus, entidade internacional ligada aos museus.

¹⁰ O Museu Estadual de Rondônia – MERO tem em sua trajetória um traço distintivo que lhe é peculiar, que consiste no histórico descaso por parte do Poder Público estadual e federal em relação ao patrimônio cultural do Estado, situação esta que pode ser constatada pela existência de “[...] 21 espaços museais identificados pela SECEL, atualmente somente cinco estão abertos (SECEL, 2015, p. 10)”.

¹¹ Com a promulgação da Lei 2.746/2012 pelo então governador Confúcio Moura, foi instituída a criação do Sistema Estadual de Cultura – SEC e com isso a SECEL recebeu, entre outras atribuições que já lhe eram inerentes no nível institucional, a de “[...] V- catalogar, preservar e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial do Estado; VI- pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Estado (RONDÔNIA, 2012, p. 12)”.

¹² A professora Myrian dos Santos neste mesmo sentido, tem pesquisado as relações dos Museus Brasileiros, dentro de uma perspectiva histórica e social, analisando como se desenvolvem os processos de legitimação dos museus junto aos públicos brasileiros, dando destaque para a necessidade quanto a verificação das relações com as políticas culturais desenvolvidas pelo Estado (SANTOS, 2004, p. 54).



Ou seja, o museu pode ser entendido também como um órgão produtor de discursos acerca do que é considerado patrimônio, das construções acerca das memórias de sujeitos e instituições que são catalogados e expostos, assim como estimula pesquisas. Neste mesmo prisma, a professora Heloísa Helena Gonçalves da Costa entende que o museu não é uma instituição pública que eventualmente realiza pesquisa, mas que ele “[...] é uma instituição de pesquisa com caráter público, que se abre ao domínio público e procura difundir e a ampliar o conhecimento cultural e científico de um mundo em transformações permanente (COSTA, 2012, p. 100)”.

Em vista disso, as políticas públicas voltadas para os museus no Brasil, a partir dos primeiros anos da década de 1960, eram bastante escassas e estavam dependentes da vicissitudes das gestões presidenciais e sobretudo das discontinuidades dessas mesmas políticas (MORAES, *et. al.*, 2013, p. 16), o que a partir da década de 1970 começa a se modificar sensivelmente, quando em vista da inserção do Brasil dentro de um sistema autoritariamente excludente sob o ponto de vista econômico, político, social e cultural, os museus aparecem ressignificados dentro de uma outra ideia hegemônica de cultura (MORAES, *et. al.*, 2013, p.16), o que explica em parte a ampliação do setor cultural nessa época.

Assim é possível notar a partir da leitura da dissertação de mestrado de Myrian dos Santos no qual ela trabalhou as relações de História, Tempo e Memória ao estudar o Museu Imperial e o Museu Histórico Nacional ambos na cidade do Rio de Janeiro, que o museu pode mudar de função dentro da sociedade¹³. Além disso, verificamos que em outras regiões do Brasil ocorreram transformações semelhantes, tais como na Bahia (MATOS, *et. al.*, 2013,), no Pará (FIGUEIREDO, 2014), no Rio Grande do Sul (NEDEL, 2005), o que nos leva a conjecturar, se este processo teria ocorrido em Rondônia também.

Segundo a definição do museólogo e um dos participantes mais atuantes do ICOM¹⁴, Georges Rivière, a museologia pode ser entendida como a ciência do

¹³ Para um melhor aprofundamento, ver: Santos, M. S. dos. **História, Tempo e Memória**: Um estudo a partir da observação feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, 1989.

¹⁴ Criado em 1946, o ICOM (The Internacional Council of Museums), que em tradução livre do inglês para o português pode ser denominado de Conselho Internacional de Museus, desempenha a função de representante da comunidade global de museus.



museu, pois ela o estuda em sua integralidade, que perpassa desde suas formas específicas de pesquisa e caminha até a deontologia que lhe é correlata ao campo dos museus (RIVIÈRE, 1981 apud DESVALLEES, *et. al.*, 2013, p. 61).

Já em relação à noção de “patrimônio cultural” percebe-se que esta esteve associada em sua gênese histórica ao conceito de patrimônio enquanto “monumento”, então chamado de “patrimônio de pedra e cal”, todavia, a partir das diretrizes estabelecidas pelas Convenções Internacionais sobre Patrimônio dirigidas pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), além de outras instituições estrangeiras e brasileiras, o conceito de patrimônio, principalmente a partir da década de 1950 começou a ser ampliado, o que repercutiu no Brasil dada a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual diz em seu art. 216 que constituem patrimônio cultural brasileiro, dentre outros, “[...] os bens de natureza material e imaterial, (...) e que sejam portadores de referência à identidade e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988)

Assim destaca-se a importância de pensarmos os campos da museologia e do patrimônio de forma complementar, com o objetivo de compreendermos o segundo no seu “aspecto integral” (MORAES, 2009) e assim mapearmos os indícios que estruturam a construção das identidades locais, regionais e nacionais.

O patrimônio não é algo que se estrutura horizontalmente, não faz sentido reconhecer legalmente uma festa ou um edifício como patrimônio e a população local não aceitar e/ou não perceber a importância tal como os políticos defendem, da mesma forma, é preciso que a população se reúna e crie meios para que determinado estilo de música ou culinária seja tombada por lei e a partir disso se consiga recursos para o desenvolvimento das atividades. É neste sentido que Leandro Brusadin tratou o patrimônio, como o reflexo da sociedade que o produz, sendo que mesmo que ele não seja construído pela coletividade, é essa mesma sociedade que acaba incorporando seu teor simbólico (BRUSADIN, 2011, p. 35).

Partindo do pressuposto que os discursos não são estruturas estáveis e fechados sobre si mesmos, resulta a percepção de que para compreendermos como esses discursos se relacionaram com o Museu Estadual de Rondônia, partimos da noção de *representações* tal como entende o historiador francês Roger Chartier, ao



afirmar que elas são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais, assim como não são discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, ou mesmo a tornar legítimas certas escolhas (CHARTIER, 1990, p. 17 apud CARVALHO, 2005, p. 49).

Neste prisma, a partir deste artigo sobre o Museu Estadual de Rondônia, é possível aventar que pelo menos nas primeiras décadas após sua criação em meados da década de 1960, o museu estudado não era um espaço prioritário para o desenvolvimento da cultura local e regional (SECEL, 2015, p.15; BORZACOV, 2007 apud SECEL, 2015, p.14), com mudanças de relevância percebidas somente nos últimos 6 anos, a partir das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Estado de Rondônia, e principalmente na capital, Porto Velho, com os impactos, inclusive ambientais, trazidos pela construção das Usinas Hidrelétricas nas cachoeiras de Jirau e Santo Antônio (MELO, 2008, *et. al.*; STOLERMAN, 2014, *et. al.*).

3. Museologia e Patrimônio Cultural na Amazônia: a história do Museu Estadual de Rondônia (1964-2012)

Criado pelo Decreto nº 427 de 12 de novembro de 1964, com o nome de “Museu Territorial de Rondônia” pelo então governador do Território Federal de Rondônia, Ten. Cel. José Manoel Lutz da Cunha e Menezes e inaugurado no dia 5 de maio de 1965 no governo de João Carlos dos Santos Mader, o Museu abrigaria os bens representativos da história e da cultura rondoniense.

Segundo afirma a historiadora rondoniense Yêdda Pinheiro Borzacov, o Museu Territorial de Rondônia, posteriormente renomeado como Museu Estadual de Rondônia: “Abrigou e abriga coleções de grande importância científica, cultural e social. Os acervos foram adquiridos a partir da doação do Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro¹⁵, sendo inicialmente 2000 peças, de artefatos arqueológicos, etnográficos, históricos e zoológicos (BORZACOV, 2007 *apud* SECEL, 2015, p.11)”.

¹⁵ Nascido em 13 de Setembro de 1910, o médico e um dos fundadores da Academia de Letras Rondoniense (ACLER) Ary Penna Pinheiro, segundo fonte extraída do jornal local O Estadão, foi diplomado Bacharel em Ciências Físicas e Naturais e depois em Medicina ainda em Belém do Pará (O ESTADÃO, 1982 apud SILVA, 2012, s.p.).



A partir disso, percebe-se que, segundo o historiador Francisco Matias, a criação do MERO em 1964, tem sua história remontada às duas décadas precedentes a esta, principalmente nas de 1940-1950, quando no âmbito local, em certa medida reflexo parcial dos embates que se operavam no nível da política nacional, o que na década de 1950 ficou mais claro, quando ocorreu a polarização política entre os *Cutubas* e os *Peles Curtas*, sendo o primeiro liderado pelo militar Aluísio Pinheiro Ferreira e do qual seu primo Ary Pinheiro fazia parte, e o segundo que tinha Joaquim Vicente Rondon, sobrinho de Marechal Rondon (SILVA, 2012, s.p.)

Um fato bastante relevante ocorrido no ano de 1964, a partir da criação do Museu Territorial de Rondônia, além é claro do golpe civil-militar de 31 de março daquele ano, foi a tentativa do governador do território Ten. Cel. Manuel Lutz da Cunha e Meneses em tentar comprar o acervo arqueológico e etnográfico de Ary Pinheiro, porém a resposta deste foi enfática e bastante representativa dos discursos de parcela da intelectualidade brasileira, o que remontava àqueles produzidos em torno da ideia de “invenção do Brasil”, enquanto busca de “unidade” dentro da diversidade étnica e cultural das décadas de 1920 e 1930, ao dizer Ary Penna Pinheiro, segundo os jornais *A Tribuna* (1979) e *O Estadão* (1982), que: “[...] o patrimônio indígena não pertence a ninguém, e sim à nação (SILVA, 2012, s.p.)”.

Dentro desse prisma, esse indício das divergências entre Ary Pinheiro e o Ten. Cel. Manuel Meneses, é representativo de que a área do patrimônio não foi construída de forma linear e pacífica, e que esses discursos¹⁶ não estiveram apartados das divergências no âmbito político local. E no caso específico dessas lutas simbólicas perceptíveis através dos discursos de políticos e de parte da elite letrada territorial que busca se solidificar dentro das estruturas de poder existentes, isto pode assim demonstrar que, em parte, os governos militares no Brasil do pós-1964, segundo afirma o doutor Lúcio Ferreira de Menezes, esse processo “[...] tinha por objetivo manipular a construção de uma identidade, transmitir o sentimento de pertencimento a um território através da cultura material (SILVA, 2012, s.p.)”.

¹⁶ A noção de discurso deve ser pensada aqui, conforme defende Michel Foucault no livro *Arqueologia do Saber*, enquanto sua relação com a linguagem, não tomada como algo isolado dos suportes de enunciação, mas sim interligadas com outras linguagens, e sobretudo afeita às suas práticas sociais, assim como as formações discursivas correspondentes, e que não são de modo algum estáveis, mas sujeitas aos conflitos e lutas, principalmente, as políticas (FOUCAULT, 2008, p. 43).



O que percebemos até aqui, é que a história do Museu Estadual de Rondônia foi caracterizada, inicialmente, tanto por divergências políticas entre o médico Ary Pinheiro e o governo territorial, nada que tenha levado a rupturas significativas na estrutura e domínio exercido pelas elites políticas e econômicas do território, quanto por uma precariedade substancial no tocante ao espaço físico (SECEL, 2015, p. 15; A TRIBUNA, 1979b apud SILVA, 2012, s.p.), praticamente inexistente ou numa hipótese, no máximo improvisado, junto a outros espaços com fins públicos já com seus respectivos destinatários.

Existem indicações de que de 1965 a 1976, o Museu funcionou no prédio do atual Juizado da Infância e Juventude da comarca de Porto Velho, na Av. Rogério Weber com Av. Carlos Gomes, com salas que tinham sido cedidas pela Divisão de Educação, atual Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) (SECEL, 2015, p. 12).

Em 1976, o Museu Estadual de Rondônia foi desativado e em 1979 ele foi reinaugurado em uma das salas do palácio Getúlio Vargas, antiga sede do Governo do Estado de Rondônia e atual “futuro” Palácio da Memória Presidente Vargas, com apenas parte do acervo, este organizado de maneira improvisada e sem o devido tratamento técnico para a preservação daqueles bens culturais (SECEL, 2015, p. 12). Em 1985, o Museu Estadual de Rondônia foi novamente desativado e seu acervo foi transferido para o prédio onde funciona o prédio do atual SEBRAE (Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas), porém em 1987, o museu foi reinaugurado novamente em um prédio localizado na Av. Sete de Setembro, no atual prédio onde funciona o SATED/RO (Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão).

Na década de 1990, o acervo foi novamente removido e encaminhado para o prédio da *Oficina da EFMM*, sem continuidade de abertura de visitação ao público, tendo em 1994 sido o Museu Estadual de Rondônia reativado no prédio conhecido como “Casa do Bispo”, situado na Av. Presidente Dutra com Av. Dom Pedro II e posteriormente, no ano de 1997, segundo a Yêdda Borzacov, o acervo foi novamente transferido, agora para o prédio da Administração da EFMM (Estrada de Ferro Madeira-Mamoré), onde permanece, há aproximadamente 16 anos de forma “provisória (BORZACOV, 2007 apud SECEL, 2015, p. 14)”.



E por fim, apesar da precariedade patente do ambiente físico, assim como da problemática em torno da preservação que lhe é intrínseca, logo em seguida podemos destacar que o acervo do Museu Estadual de Rondônia, apesar das condições adversas, é portador de informações e conhecimentos importantes para a preservação da memória dos grupos que amalgamaram a cultura rondoniense.

Entretanto, após mais de 4 décadas de descaso e “silenciamentos¹⁷” por parte do Poder Público estadual, representado pela SECEL¹⁸, assim como também por parte da esfera federal, ante a ausência de efetivas políticas de preservação que fossem dirigidas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em relação ao acervo e ao patrimônio do Museu Estadual, foi somente a partir do ano de 2009 que esse panorama, no mínimo caótico, começou a se modificar em relação as políticas voltadas para o patrimônio deste Museu rondoniense.

Neste prisma, a partir dos impactos surgidos da construção das duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, é que o Estado de Rondônia, no campo da cultura, atuará, entre outras medidas tomadas, para articular-se com o setor privado interessado e/ou àqueles que fossem parte integrante do projeto das usinas, no sentido de concretizar as políticas de preservação do patrimônio local¹⁹, o que influenciou, sobretudo, a aprovação da Lei 2.746/2012, que instituiu o Sistema Estadual de Cultura, sob a sigla SEC²⁰.

Inicialmente, dentre os indícios históricos que podem ter influenciado no projeto de revitalização do Museu Estadual de Rondônia nesta fase contemporânea, podemos destacar a função desempenhada pela iniciativa privada a partir do papel exercido pela *Scientia Consultoria Científica*, o qual foi contratada pelo Consórcio

¹⁷ Isso fica bastante patente, conforme Michael Pollack defende no texto “Memória, Esquecimento e Silêncio”, que em contraposição a “Memória Oficial”, existem memórias subterrâneas e marginalizadas que, por vezes, são silenciadas de tal modo que parecem até imperceptíveis, aflorando apenas em momentos traumáticos (POLLACK, 1989, p. 4).

¹⁸ Atualmente denominada de Superintendência Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer do Estado de Rondônia.

¹⁹ Dentro desse processo, foram incluídos o projeto de revitalização do complexo da ferrovia Madeira-Mamoré, das históricas “Três Caixas D’Águas” e também na reorganização curatorial do Museu Estadual de Rondônia (MERO), etc.

²⁰ Criado o Sistema Estadual de Cultura do Estado de Rondônia (SEC), através da Lei 2.746, de 18 de maio de 2012, já em seu art. 8º, inciso II fica claro a participação do setor privado nesse processo, já que dentre as atribuições da Superintendência Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer (SECEL) encontra-se a de: “(...) implementar o SEC, integrado aos Sistemas Municipais e Nacional de Cultura, articulando atores públicos e privados no âmbito do Estado de Rondônia (...) VII- manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultural (RONDÔNIA, 2012, p. 12)”.



Madeira Energia para fazer o trabalho de prospecção, resgate arqueológico e valorização do patrimônio cultural da área que seria atingida pelas barragens das cachoeiras de Jirau e Santo Antônio.

Esse trabalho de curadoria do Museu Estadual de Rondônia foi de suma importância para a preservação do acervo arqueológico, paleontológico, etnológico e pré-histórico, assim como para sua reacomodação adequada em um possível espaço condizente com a importância do patrimônio e da preservação desses bens culturais. Por isso, segundo afirma a museóloga Maria Cristina Bruno, a curadoria seria a somatória de distintas operações que entrelaçam intenções, tais como a identificação de possibilidades interpretativas reiteradas, a aplicação sistemática de procedimentos museológicos de salvaguarda, além é claro da capacidade de decodificar as necessidades das sociedades em relação a função contemporânea dos processos curatoriais (BRUNO, 2008, p. 24).

Assim, finalizado todo o processo de curadoria das peças do acervo do Museu Estadual de Rondônia, o espaço físico que abrigava o museu, ainda permanece, de forma bastante precária e improvisada, numa das salas do prédio da administração da extinta EFMM (Estrada de Ferro Madeira-Mamoré), o que de certa forma pode prejudicar até mesmo a “[...] futura musealização das coleções (SÁ, 2010, s.p.)”, inclusive com possíveis perdas substanciais de todo o trabalho técnico-curatorial executado durante o período de aproximadamente 3 anos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este pequeno levantamento histórico do Museu Estadual de Rondônia no período de 1964 à 2012 estudado a partir das interfaces junto aos campos da museologia e do patrimônio cultural nos indicou até aqui que, sua constituição histórica e social foi marcada por disputas (lutas de representação através dos discursos) em torno do que deveria ser preservado e o que deveria ser “esquecido” no tocante ao patrimônio cultural rondoniense, divergências essas que tiveram nas figuras do médico Dr. Ary Pinheiro e do ex-governador do Território Federal do Guaporé, Joaquim Vicente Rondon, como bastante exemplares nas primeiras décadas após a criação do museu rondoniense.



De outro modo, percebemos também que a partir de meados do ano de 2009, a história desse museu rondoniense, começou a se modificar de forma considerável, pois com os impactos econômicos das Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira no Estado e a participação da iniciativa privada em cooperação técnica com a Superintendência Estadual de Esporte, da Cultura do Lazer do Estado de Rondônia (SECEL) contribuiu para o processo de revitalização do acervo completo do museu através do trabalho de curadoria, que acabou culminando na formulação do projeto de requalificação do museu denominado “Projeto da Memória Presidente Vargas”, local que, espera-se, abrigará exposições, pesquisas, etc., relacionadas a memória e ao patrimônio cultural do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRUNO, M. C. O. Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: **Cadernos de diretrizes museológicas 2: mediação em museus: curadoria, exposições, ação educativa**, Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 152 p.

BRUSADIN, L. B. **A dinâmica do patrimônio cultural e o Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG)**. Tese do doutorado em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, Franca: [s.n.], 2011. 211 f. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/leandro-b-brusadin.pdf>> Acesso em: 06/10/2015.

CARVALHO, F. A. L. O **conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005. Disponível em: <<http://www.sc.senac.br/biblioteca/arquivosSGC/CHARTIER%20E20BOURDIEU.pdf>> Acesso em: 17/04/2015.

CHAGAS, M. de S. **Memória e Poder: dois movimentos**. Cadernos de Sociomuseologia, n. 19, ano 2002.

CHARTIER, R. **À beira da falésia; a história entre certezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chitoni Ramos. Porto Alegre: EUFGRS. 2002, 277p.

CORÁ, M. A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. In: **Rev. Adm. Pública** [online]. 2014, vol.48, n.5, pp. 1093-1112.



COSTA, H. H. F. G. da. Museologia e patrimônio nas cidades contemporâneas: uma tese sobre gestão de cidades sob a ótica da preservação da cultura e da memória. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 87-101, jan.-abr. 2012.

DESVALLEES, A., MAIRESSE, F., **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultural, 2013. 100 p.

FIGUEIREDO, A. M. de. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). In: **Revista Antíteses**, v. 7, n. 14, p. 20-42, jul.-dez., 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOLANDA, S. B. de. "O homem cordial". In: **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATOS, M. T. N. de B; ROSADO, R. de C. S. de C. Memória do arquivo público do Estado da Bahia, 1890-1984. In: **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 243-255, jul./dez. 2013.

MELO, J. de J. S; PAULA, E. A. de. As hidrelétricas do Rio Madeira no contexto da integração regional sul-americana. In: **IV encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade**. Brasília, DF, 4-6 de junho 2008.

MORAES, N. A.; SOUZA, L. C. C. e. Museu e Patrimônio: políticas e conhecimento: In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio**, PPG, PMUS, UNIRIO, MAST, v. 6, n. 2, 2013, p. 3-27.

NEDEL, L. B. Breviário de um museu mutante. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112, jan./jun. 2005.

POLLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RANGEL, M. F., Museologia e Patrimônio: *Encontros e Desencontros*. In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.

RONDÔNIA. **Lei Complementar nº 733, de 10 de outubro de 2013**. Dispõe sobre a estruturação organizacional e o funcionamento da Administração Pública Estadual, extingue, incorpora e funde órgãos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Rondônia. Porto Velho, RO, 10 out. 2013.



RONDÔNIA. **Lei n.2.746, de 21 de maio de 2012.** Institui o Sistema Estadual de Cultura e dispõe sobre sua composição. Rondônia, Porto Velho, DOE, 21 mai. 2012., p. 12.

SÁ, J. C. **Museu Estadual de Rondônia terá seus acervos reorganizados.** Gente de Opinião. Porto Velho, 31 de maio. 2010. Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com/noticia/museu-estadual-de-rondonia-tera-seus-acervos-reorganizados/62370>> Acesso em: 16/12/2015.

SANTOS, M. S. dos. **História, Tempo e Memória: Um Estudo a Partir da Observação Feita no Museu Imperial e no Museu Histórico Nacional.** Tese de Mestrado. IUPERJ, 1989.

SANTOS, M. S. dos. **Museus brasileiros e política cultural.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, n. 55, jun. de 2004, p. 53-72.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **SCIENTIA projetos norte.** 2009. Disponível em: <<http://www.scientiaconsultoria.com.br/site2009/projetos-norte.php>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SECEL. **Projeto Palácio da Memória Presidente Vargas.** Superintendência dos Esportes, da Cultura e do Lazer do Estado de Rondônia, 2015, 77 p.

SILVA, C. G. P. da. Arqueologia e museu na trajetória de Ary Pinheiro. In: **Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica da Unicamp**, História e-História, 2012. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=58>>. Página consultada em 13/12/2015.

STOLERMAN, P.; SANTOS, S. C. dos; SILVA, A. de A.; FLORIANI, N. A implantação da Usina Hidrelétrica de Jirau no Rio Madeira e os processos de desterritorialização em Rondônia. In: **Revista Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, jul./dez. 2014, p. 371-387.